

# 27 anos de operações de paz italianas: as preferências do Estado italiano ao propagar a segurança no sistema internacional

*27 years of Italian peace operations: the Italian State's preferences while propagating security among the international system*

*27 años de las operaciones de paz italianas: las preferencias del Estado italiano al propagar la seguridad en el sistema internacional*

Flávia Silva Lanza\*

Karoline Victoria Sousa Tübben\*\*

## Resumo

Este artigo tem como foco as operações de paz que foram realizadas com o apoio da Itália desde o início de sua participação nas operações. Esta pesquisa foi feita com o intuito de analisar o formato dessas operações e como elas são escolhidas pelo governo italiano dando enfoque nos fatores que influenciam esse processo de decisão, além de quais são os países que as recebem. A intenção é de entender qual(is) as motivações que levam a Itália a participar das operações de paz das Nações Unidas, e se é apenas através dessa organização que o país atua tendo em vista a manutenção da segurança do sistema internacional.

**Palavras-chave:** Operações de paz. Itália. *Peacebuilding*. Organização das Nações Unidas.

## Abstract

This article focuses on peacekeeping operations that happened with Italy's help since the beginning of its participation in these kinds of operations. This research was done in order to analyze the format of these operations and how they are chosen by the Italian government focusing on the factors that influence this decision-making process, as well as which countries receive it. The intention is to understand what motivates Italy to participate in United Nations peacekeeping operations, and whether it is only through this organization that the country conducts this kind of operations.

**Keywords:** Peacekeeping. Italy. Peace operations. United Nations.

\* Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: flavialanza13@gmail.com.

\*\* Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: kvstubben@gmail.com.

## Resumen

Este artículo tiene como foco las operaciones de paz hechas con el apoyo de Italia desde el inicio de su participación en las operaciones. La pesquisa fue realizada con el objetivo de analizar la forma de esas operaciones y como ellas son escogidas por el gobierno italiano dando atención en los factores que influyen el proceso de decisión, además de cuáles son los países que las

reciben. La intención es comprender cuál(es) son las motivaciones que llevan a Italia a participar de las operaciones de paz de las Naciones Unidas, y si solamente por intermedio de esta organización que el país actúa teniendo en vista el mantenimiento de la seguridad del sistema internacional.

**Palabras clave:** Peacekeeping. Italia. Operaciones de paz. Naciones Unidas.

## Introdução

As operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) começaram a ter o apoio do governo italiano logo após a entrada do país como membro nessa organização. Desde então, a Itália participa de diversas operações de paz, sendo elas feitas através da ONU ou de outras organizações - como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a União Europeia. O objetivo principal deste artigo é a compreensão dos interesses da Itália ao escolher quais operações de paz irá participar, considerando seus interesses para agir nesses locais, além de analisar qual o tipo dessas operações e quais os órgãos promotores com os quais o governo italiano trabalha para enviá-las.

Diante disso, a pergunta de pesquisa deste artigo é “Como funciona a atuação italiana nas operações de paz, realizadas pela ONU ou por outras organizações internacionais, e qual o interesse da Itália ao envolver-se nelas?”. Visto que a Itália já realizou diversas operações de paz, o propósito é criar um perfil dessas operações para entender como o governo italiano decide que irá se envolver em tal conflito e qual o tipo de operações que a Itália prioriza realizar.

Tomando o histórico das operações de paz realizadas com apoio italiano como ponto de partida, a hipótese que este artigo pretende investigar é a de que a Itália se envolve em operações de paz baseada em uma proximidade geográfica, procurando evitar que seu governo e sua estrutura interna sejam afetados por um conflito externo. Isso faz com que a maioria de sua participação em operações de paz sejam de *peacebuilding* e feitas através do modelo das Nações Unidas - ou seja, feitas através desta organização.

Para tal, utilizaremos como metodologia uma pesquisa bibliográfica e documental, que envolverá obras do campo da Segurança Internacional que foquem no funcionamento, realização e nos di-

ferentes tipos de operações de paz. Além disso, usaremos também artigos a respeito das operações que a Itália participa e artigos sobre como ocorreram as operações em diversos países. Neste caso, usaremos artigos de periódicos e as informações quantitativas apresentadas no projeto *Providing for Peacekeeping*, a partir desses dados, foram desenvolvidos, durante nossa pesquisa, mapas que expõem o perfil italiano e sua participação nas operações de paz.

Por fim, cabe ressaltar que o presente artigo será dividido em quatro seções: uma para apresentar um panorama geral e criar um perfil inicial das operações de paz italianas, uma seção para desenvolver qual o tipo de operação mais usado pelo país, assim como explicar o que são as operações de *peacebuilding*, a terceira com a intenção de relacionar os órgãos promotores e os países escolhidos com o que já foi apresentado previamente e a última com os estudos de caso analisados. Logo após isso, as considerações finais são apresentadas.

## Contexto italiano e as operações de paz

A Itália é um país conhecido principalmente por suas relações diplomáticas com a União Europeia e os Estados Unidos, que já duram mais de 60 anos. Assim, o país procura coordenar suas políticas internacionais através da cooperação, principalmente com países próximos - como os do Mediterrâneo - para que seja possível a exportação de produtos, a troca de materiais e, também, as políticas de segurança (ANDREATTA, 2008). Isso significa que, quando considerado situações em que é necessário proteger a população italiana, o governo procura os países-vizinhos da região como aliados (ISERNIA; LONGO, 2017). E é possível ver isso no auxílio pedido pela Itália ao lidar com o impacto econômico da pandemia do COVID-19 no país, solicitando que a União Europeia acesse seu fundo de resgate para mitigar a economia (AMARO, 2020).

Porém, não devemos descartar a ideia do nacionalismo italiano, que também está presente nas decisões internacionais do governo do país. Um exemplo disso é a diplomacia italiana com a Líbia, país do Mediterrâneo e que realiza diversas trocas com a Itália - principalmente com a exportação de óleo feita ao mercado italiano (CIA, 2011). Mas, a relação entre esses países nem sempre foi harmônica visto que antes de 1911 existiam planos italianos de ocupação do território líbio. A população, em sua maioria, era grande defensora da colonização, não só desse país como de diver-

sos outros - como Eritreia e Etiópia -, usando da justificativa de que isso contribuiria para a Itália economicamente e compensaria o fato de a Áustria ter anexado a Bósnia-Herzegovina - território que a Itália também queria (CUNSOLO, 1965). Sendo assim, é por isso que o autor Cunsolo (1965) afirma que a Líbia foi diretamente envolvida no movimento nacionalista italiano.

As operações de paz têm como objetivo a manutenção da paz mundial, e são “um dos três principais pilares da ONU, juntamente com a promoção do desenvolvimento e a garantia da observância dos direitos humanos” (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2016). Este sempre foi um assunto muito delicado pois relaciona temas como soberania dos Estados, direitos humanos e logo, os limites de uma intervenção em busca da paz. Todavia, sua ação é geralmente vista como necessária e relevante para a promoção da qualidade de vida de populações em perigo.

A crescente atenção aos direitos humanos e a conseqüente relativização da inviolabilidade das fronteiras é uma conseqüência direta do fracasso da comunidade internacional em lidar - inclusive através de operações de paz eficazes - com tragédias humanas em grande escala como as ocorridas em Ruanda, Somália e Bósnia (KENKEL, 2013, p. 123, tradução nossa)<sup>3</sup>.

As operações de paz começaram a ser realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, apenas três anos após a criação da organização. A primeira operação foi realizada durante a primeira guerra árabe-israelense, e contava com um pessoal de 120 homens desarmados (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2016). Elas são determinadas pelo Conselho de Segurança, justificadas pelos Capítulos 6º, 7º e 8º da Carta das Nações Unidas, e são financiados pela Assembleia Geral da ONU (PEACEKEEPING, 2019). Esse estilo de intervenção, com homens sendo enviados para tentar conter um conflito, foi se desenvolvendo até estabelecer os diversos tipos de operações que ocorrem hoje, como as de *peacekeeping* tradicional, *peacebuilding*, manutenção da paz (*peacemaking*) e execução de paz (*peace enforcement*) (KENKEL, 2013).

As operações de *peacekeeping* tradicionais - sendo denominadas como primeira geração por autores de segurança internacional - en-

---

3. Growing attention to human rights and the attendant relativization of borders' inviolability is a direct consequence of the international community's failure to deal—including through effective peace operations—with large-scale human tragedies such as that occurred in Rwanda, Somalia, and Bosnia.

volveram principalmente as missões da ONU durante a Guerra Fria, seguindo o fim de um conflito armado através do cessar-fogo ou da trégua entre as partes. Assim, seu objetivo é o de criar um ambiente para a resolução do conflito de forma pacífica, usando de ações como o monitoramento de fronteiras, verificação de zonas desmilitarizadas, entre outras tarefas. Logo, quando for obtido um acordo político, essas missões eram retiradas da ação (KENKEL, 2013).

Já as operações de *peacemaking* - denominadas de segunda geração - se referem à “implantação de uma presença das Nações Unidas no campo, até então com o consentimento de todas as partes envolvidas, normalmente envolvendo pessoal militar e/ou policial das Nações Unidas e frequentemente civis” (KENKEL, 2013, p.128 , tradução nossa)<sup>4</sup>. Elas adicionam as tarefas civis para realizar o serviço de transição política do conflito, mas sem um aumento na permissão do uso da força militar (KENKEL, 2013).

Por outro lado, as operações de *peace enforcement*, denominadas de terceira geração das operações de paz, são caracterizadas “pelo aumento da permissão para usar a força para impor os objetivos de uma missão” (KENKEL, 2013, p.130 , tradução nossa)<sup>5</sup>. Esse aumento do uso da força se deu pela preocupação que surgiu com o possível uso do conceito de soberania como forma de um país escapar da intervenção em seu território. Assim, a ONU passou a intervir com maiores preocupações humanitárias. Além das gerações já mencionadas, existe a quarta geração, chamada de *peacebuilding*, que tem a intenção de construir a paz em um país em conflito, auxiliando, por exemplo, na reestruturação do Estado (KENKEL, 2013).

Nesse sentido é possível discorrer sobre as ações de um relevante Estado no que se refere a operações de paz: a Itália. As operações começaram a possuir o apoio da Itália logo após a admissão italiana à Organização das Nações Unidas, em 1956. Na década de 1960, a Itália foi responsável pelo envio de tropas para pacificar o Congo, que estava devastado pela guerra civil, durante a Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC). Essa participação é importante para a história italiana perante operações de paz, visto que houve um incidente em 1993 no qual 13 aviadores italianos enviados para cumprir funções para a operação foram sequestrados e

---

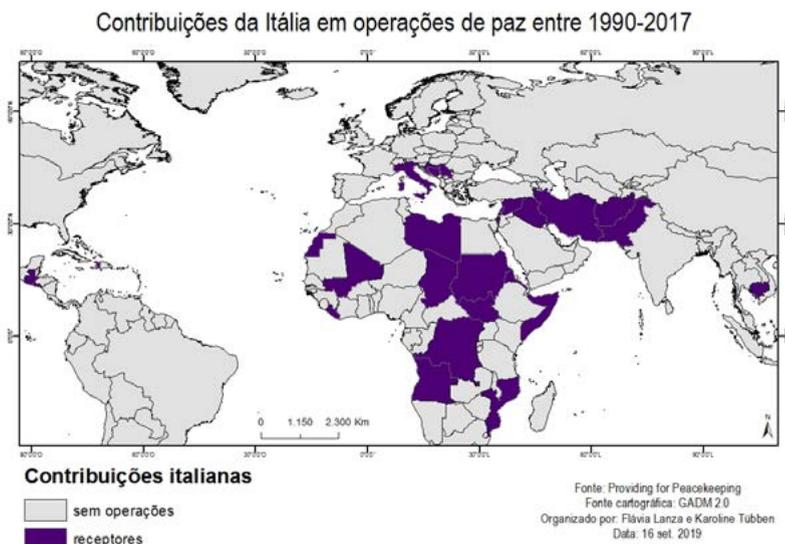
4. The deployment of a United Nations presence in the field, hitherto with the consent of all the parties concerned, normally involving United Nations military and/or police personnel and frequently civilians as well

5. Increased permission to use force to impose the aims of a mission's mandate.

mortos - participando de uma operação de *peacemaking*. Este incidente é marcado perante a população italiana, pois ocorreu durante uma das maiores operações de paz realizadas pela ONU, o que demonstra como a participação italiana nestas ocorre com o propósito de solucionar um grande conflito (BALDINI, 2017).

De acordo com o projeto *Providing for Peacekeeping*, realizado pelo IPI (International Peace Institute) em parceria com a Elliot School of International Affairs - localizada na Universidade George Washington -, a Itália realizou 2.195 contribuições no setor de operações de paz entre os anos de 1990 e 2017. Essas contribuições foram constituídas de 1.179 experts, 843 polícias formais, 362 polícias individuais, 9.734 polícias civis, 278.703 tropas e 6.137 observadores. Elas foram feitas majoritariamente no Líbano, Israel, Paquistão, Saara Ocidental, Sérvia, Iraque e Chipre, além de algumas na Bósnia, Eritreia, Sudão, Mali, El Salvador, Congo, Afeganistão, entre outros países (PROVIDING FOR PEACEKEEPING, 2019). Esses dados estão ilustrados no mapa a seguir.

Mapa 1 - Contribuições da Itália em operações de paz entre 1990-2017



Fonte: Elaborado pelas autoras com dados de Providing for Peacekeeping (2019)

Neste mapa 1, é possível perceber quais são os países do globo que mais recebem o envio de tropas e pessoal da Itália para contri-

buir com uma operação de paz entre os anos de 1990 e 2017. Isso significa que, ao todo, - segundo os dados coletados pelo projeto *Providing for Peacekeeping* - 27 países foram receptores de tropas enviadas pelo governo italiano em parceria com a ONU. Por exemplo, foram cerca de 200 - 320 envios feitos no Líbano segundo os dados coletados. Esses envios foram realizados dentro das operações de paz específicas, e cada uma recebeu diversos envios de pessoal (PROVIDING FOR PEACEKEEPING, 2019).

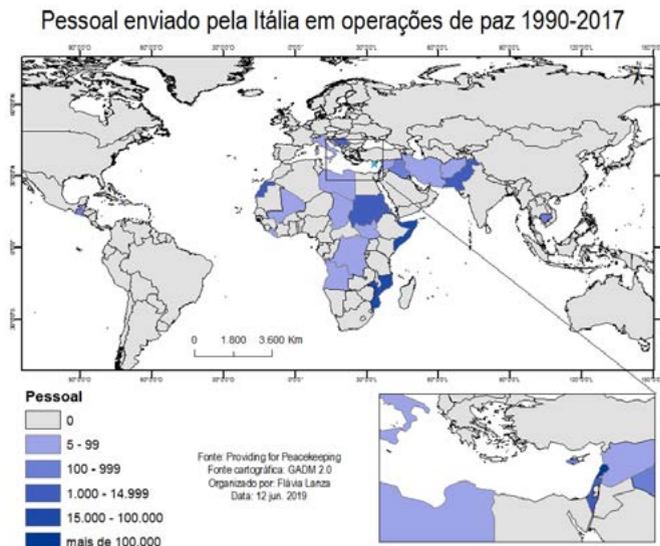
Outros países que contaram com o apoio italiano foram o Chipre, Libéria, Sudão do Sul, Somália, entre outros. A própria Itália está colorida visto que o governo italiano considera que seu envio de policiais dentro de seu próprio território para conter estrangeiros, como refugiados, também é parte da participação de uma operação de paz (PROVIDING FOR PEACEKEEPING, 2019).

Tais dados são importantes para entendermos que a grande maioria das operações que a Itália escolhe participar envolvem países que são geograficamente próximos desse Estado, o que também pode ser comprovado pelo fato de que o maior número de operações de paz foi enviado à região dos Balcãs - ou seja, para países como a Sérvia, Bósnia e Croácia (PROVIDING FOR PEACEKEEPING, 2019).

Para além disso, a Itália também participa de bastante operações no continente africano, - que ocorreram majoritariamente no Congo, no Sudão, na Somália e na Saara Ocidental - envolveram um número muito extenso de países, visto que os Estados que receberam as operações de paz estavam em situação de quase colapso e foram necessárias grandes operações - ou seja, um grande esforço tanto da ONU quanto dos países participantes. Sendo assim, o envolvimento da Itália nelas não foi tão significativo.

Além disso, como já mencionado, o maior engajamento apresentado pela Itália em operações de paz foi durante as 320 contribuições - que se referem ao envio de diversos mecanismos de contenção - realizadas pelo país durante as operações de paz feitas no Líbano, em 2006, através da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) (PROVIDING FOR PEACEKEEPING, 2019). Diante disso, o mapa a seguir apresenta a quantidade de pessoal - ou seja, de tropas, experts, polícias civis, polícias individuais, polícias formais e observadores - que foram enviados pela Itália durante a realização de todas as operações no qual o país contribuiu entre os anos de 1990 a 2017.

Mapa 2 - Pessoal enviado pela Itália em operações de paz 1990-2017



Fonte: Elaborado pelas autoras com dados de Providing for Peacekeeping (2019).

É possível perceber que o maior fluxo desse envio de pessoal também se deu para o continente africano e países da Europa e da Ásia que são geograficamente próximos a Itália. O país que mais recebeu pessoal foi o Líbano, com um envio de aproximadamente 232.000 tropas, policiais, experts e observadores. Isso demonstra como o governo italiano se preocupou em resolver a questão nesse país e restaurar uma paz positiva no local, visto que diversas embarcações de refugiados podiam tentar atravessar o Mar Mediterrâneo até a Itália, o que poderia afetar o país diretamente.

Tal conceito de paz positiva se refere a uma paz de longo prazo, que implica ajuda mútua e a construção de uma sociedade melhor (GALTUNG, 1995). É possível perceber que essa é uma característica presente em diversas das operações de paz nas quais a Itália decide contribuir, pois são operações de um maior porte, feitas pela ONU com o apoio de diversos países e que se preocupam em acabar com um grande conflito que estava sendo extremamente prejudicial para a população. Assim, o objetivo das operações de *peacebuilding* é reestruturar o governo do país, procurando uma forma de evitar que outro conflito se instaure ali.

Essa última análise feita também se relaciona com o caso da região da Dalmácia, onde houveram diversos conflitos na década de 1990 que poderiam gerar um grande fluxo de refugiados para a Itália, visto que gerariam um grande fluxo de migrantes forçados que procurariam o país para pedir refúgio. Então, é possível perceber que as operações de paz que tem o apoio italiano são bastante auto-interessadas, visto que o governo procura solucionar os conflitos que poderiam de alguma forma afetar a estrutura doméstica do país, como por exemplo a vinda de muitos refugiados (BROWN, 1996).

A própria Itália foi novamente marcada neste mapa, para demonstrar as tropas e polícias que foram enviadas dentro de seu próprio território com o intuito de assegurar a população de refugiados que estava no país, sendo estas pessoas que estavam fugindo de um conflito territorialmente próximo a Itália. Também, as participações italianas em operações de paz tiveram um perfil de alternância entre empenho e desempenho durante muito tempo. Isso se deve principalmente a grandes mudanças na política internacional e suas preferências. Esse era um problema tão relevante que, em 1993, o então ministro da Defesa, Salvatore Andò, pediu ao parlamento italiano que apoie os esforços da ONU na Somália, porque era a hora de a Itália deixar de ser um consumidor de segurança, ou seja, que precisa de apoio para manter sua própria segurança, e começar a ser um provedor de segurança, auxiliando outros Estados em conflito (PROVIDING FOR PEACEKEEPING, 2017).

Além dessa operação, a Operação de paz da ONU na Somália II (UNOSOM II), realizada na Somália em 1993, também se destaca, onde a Itália foi considerada um provedor de segurança. Também é importante enfatizar a importância da Missão de Administração Interina da ONU no Kosovo (UNMIK), realizada pelo Conselho de Segurança em 1999, na qual a Itália aumentou sua contribuição total para as forças da ONU. Outra contribuição italiana que precisa ser ressaltada é o envolvimento apresentado no Afeganistão e no Iraque após os ataques terroristas de 11 de setembro nos Estados Unidos. Essas também foram grandes operações que chamaram bastante a atenção da comunidade internacional e, com isto, também marcam a história italiana de participações neste tipo de operação. Foram feitas com o intuito de acabar com os conflitos nestes Estados, assim como restaurar um governo de forma mais estruturada (BALDINI, 2017).

## *Órgãos promotores de missões de paz e países escolhidos*

Grande parte das operações de paz das quais a Itália participa são realizadas por intermédio da Organização das Nações Unidas, visto que o país é um dos principais contribuidores. Desde 1960, a Itália já participou de 33 operações de paz, aumentando significativamente o número de tropas ao longo do tempo (PROVIDING FOR PEACEKEEPING, 2019).

Para além das operações de paz promovidas pela ONU, sua principal intermediária em suas ações, a Itália também age através de outras organizações, como União Europeia (UE). A OTAN e a UE, em conjunto com a ONU se comprometeram em 2010 a prevenir crises, gerir conflitos e estabilizar situações de pós-conflito (NATO, 2018) Dentro dessa aliança, a Itália se destaca como a maior provedora de tropas de *peacekeepers* das Nações Unidas para essas ações em conjunto, o que pode ser percebido porque ela é o oitavo maior contribuidor financeiro para a manutenção das operações de paz da ONU (PROVIDING FOR PEACEKEEPING, 2019).

Um exemplo disso é a atuação italiana no Kosovo que, além da operação já mencionada no presente trabalho que foi feita através do Conselho de Segurança da ONU, também houve diversas operações feitas pela *Kosovo Force* (KFOR), que foi feita em parceria com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1999. Essa operação visava a construção de um ambiente pacífico no país, o que demonstra sua similaridade com a quarta geração das operações de paz. A Itália é um dos países que mais enviou tropas para essa missão, iniciando com 5.000 tropas enviadas e, ainda hoje - com a operação sendo considerada auto-suficiente<sup>6</sup> -, mantém 600 tropas para manter a paz (NATO, 2018).

Além dessa operação, outra realizada através da OTAN também foi responsável por expandir o papel italiano dentro do campo das operações de paz - a *Implementation Force* (IFOR) realizada em 1995 na Bósnia. A ONU estava relutante sobre enviar *peacekeepers* de países vizinhos que possuíssem alguma relação histórica de envolvimento militar com a ex-Iugoslávia para manterem a paz após o conflito - visto que a Itália não se envolveu em nenhu-

---

6. Isso significa que a operação obtém sucesso em ensinar o Estado receptor a treinar suas próprias tropas a defenderem seu país. Disponível em: <https://blogs.state.gov/stories/2019/05/29/en/boots-ground-strengthening-peacekeeping-through-us-global-peace-operations>. Acesso em: 10 ago. 2019.

ma operação de paz durante a guerra em si. Então, foi através do apoio da OTAN que a Itália se envolveu procurando reestruturar a Bósnia. (NATO, 2001)

Como foi explicado por Carlo Scognamiglio-Pasini, que na época era Ministro da Defesa da Itália, no documento “*Increasing Italy’s input*” publicado em 2001 no site da OTAN, “compartilhando o mar Adriático com a Albânia, Croácia, Montenegro e Eslovênia, a Itália é um ímã óbvio para os refugiados, muitos dos quais cresceram assistindo televisão italiana, sonhando com a Itália e falando italiano” (NATO, 2001, n.p., tradução nossa)<sup>7</sup>. Sendo assim, cabe-se uma análise de porque a Itália teve o interesse em enviar missões de operações de paz para a Bósnia, talvez por medo de que um grande número de refugiados chegasse ao seu país, causando dificuldades para o governo e a própria população italiana (NATO, 2001).

Sendo assim, é possível perceber que a Itália realiza suas operações de paz baseada nessa proximidade geográfica, procurando evitar que seu governo e sua estrutura interna seja afetada por um conflito externo. Para tal, é necessário que suas operações sejam de *peacebuilding*, visto que ao usar da força para tentar construir a paz em um Estado, a Itália já consegue participar em uma intervenção que seja mais “cedo” no conflito, evitando que ele escale ao ponto de afetar o território ou a população italiana, causando prejuízos ao país.

Cabe citar também o caso das operações de paz que a Itália realizou na região da Dalmácia. Ao todo, foram 278 contribuições em operações de paz realizadas através da ONU, na região. Dentre elas, 210 ocorreram na Sérvia, 67 na Bósnia e Herzegovina, e 1 na Croácia (PROVIDING FOR PEACEKEEPING, 2019). Ela não participou da principal operação de paz que ocorreu no local, a UNPROFOR, porque a ONU não queria empregar tropas de *peacekeeping* de países vizinhos, por medo de que seu histórico de envolvimento militar com a ex-Iugoslávia afetassem o estabelecimento de paz no local. (NATO, 2001).

Ainda com esse empecilho, a Itália conseguiu aderir a Força de Implementação liderada pela OTAN (IFOR) para a Bósnia em dezembro de 1995 e partir disso, entrou em ação por muitos anos nessa região através das operações de paz. Inicialmente, seus esfor-

---

7. Sharing the Adriatic Sea with Albania, Croatia, Montenegro and Slovenia, Italy is an obvious magnet for refugees, many of whom have grown up watching Italian television, dreaming of Italy and speaking Italian.

ços eram direcionados a assistências das tropas, foram mandados aproximadamente 3.200 soldados pela IFOR na área controlada pela França, com um crescimento significativo do número de agentes ao longo do tempo naquela região. Posteriormente, passou a enviar *carabinieri*, que eram policiais que tinham status militares, e autorizaram a utilização de suas bases áreas para que a OTAN atingisse alvos sérvios e bósnios. (NATO, 2001). “Esse é o resultado de uma política consciente de assumir um papel maior em uma região na qual Roma considera estar em jogo seu interesse nacional” (NATO, 2001, n.p., tradução nossa)<sup>8</sup>.

Além de todas as operações citadas, também cabe ressaltar que a Itália também realizou operações de paz com o apoio da União Europeia. Este bloco realiza operações por ser um bloco de características políticas, para além de econômicas, e então já se uniu à ONU diversas vezes para apoiar operações de paz com o envio de tropas. Para além disso, a União Europeia também realiza operações por conta própria, realizando operações no próprio território europeu e algumas na África (CIRLIG, 2015).

Alguns exemplos dessas operações de paz ocorreram na Albânia, na Iugoslávia, na Geórgia, no Iraque, no Kosovo e na própria Itália. Porém, essas operações são de pequeno porte, ou seja, não envolvem tantas tropas e polícias como as operações feitas pela ONU. Portanto, não existem muitas informações para que possamos analisar se elas também são de *peacebuilding* (CIRLIG, 2015).

## O tipo das operações

O autor Johan Galtung (1976), em sua obra “*Three approaches to peace*” afirma que existem três abordagens que são seguidas durante as operações de paz, sendo elas o *peacekeeping*, o *peacemaking* e o *peacebuilding*. A primeira abordagem se refere a uma forma mais tradicional de realizar as operações, buscando manter as partes em conflito separadas. A segunda abordagem busca eliminar o foco da tensão, sem realmente estabelecer um acordo negociado pelas partes. Então, o autor introduz o conceito de *peacebuilding*, que é o estabelecimento de uma paz duradoura e que consiga se auto-sustentar.

---

8. This is the result of a conscious policy of assuming a greater role in a region in which Rome considers its national interest to be at stake.

Considerando o exposto, é possível afirmar que as operações de paz realizadas pela Itália são majoritariamente de *peacebuilding*. Esse tipo de operação é característico da quarta geração das operações de paz da ONU, e consistem em operações de construção de paz. Elas combinam a permissão para o uso da força com tarefas civis que são mais intrusivas em termos de seu efeito sobre a autonomia e soberania do Estado no qual são realizadas as operações - ou seja, são mais fortes que as da segunda geração (KENKEL, 2013). Esse tipo de operação começou a ser frequentemente implementado pelas operações da ONU durante os anos 1990 (CAVALCANTE, 2010).

Esse tipo de operação também são descritas como operações de paz de apoio, visto que elas são, como afirmou o antigo Secretário-Geral da ONU Boutros Boutros-Ghali, ações para identificar e apoiar estruturas que tenderão a reforçar e solidificar a paz a fim de evitar uma recaída no conflito (BOUTROS-GHALI, 1992). Sendo assim, são necessários esforços abrangentes para identificar e apoiar estruturas que tenderão a consolidar a paz e promover um sentimento de confiança e bem-estar entre as pessoas (KENKEL, 2013).

De forma a exemplificar as definições demonstradas acima, serão analisados três mandatos de operações de paz já explicitadas anteriormente que contaram com a participação do Estado italiano: UNIFIL II e UNOSOM II ordenadas cronologicamente. As Forças Interinas das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) foram postas em ação por meio das resoluções 425 e 426 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) em 1978, com um mandato que consistia de atividades características de operações definidas por Kai Kenkel em 2013 como de *peacekeeping*, como a supervisão da saída de forças israelenses e monitoramento do cessar fogo - adicionado pela revisão de 2006 (UNITED NATIONS, 2019). Entretanto, havia também afazeres típicos de missões de *peacebuilding*, como o auxílio na retomada de legitimidade por parte do governo libanês e no desarmamento do território por parte das forças do Líbano, assim como na retomada do controle de suas fronteiras - adicionada pela revisão de 2006 (UNITED NATIONS, 2019).

A Operação das Nações Unidas na Somália (UNOSOM II) foi estabelecida pelo CSNU em 1993 por meio da resolução 814, seu mandato consistia em monitorar o cessar-fogo entre as partes, controlar os armamentos em posse dos grupos rebeldes assim como desarmar os agentes não autorizados, proteger linhas de transporte e comunicação passíveis de uso por parte de auxílio humanitário

e ajudar indivíduos em situação de refúgio (UNITED NATIONS, 2003). De acordo com a definição de *peacekeeping*, as atividades descritas pelo mandato da UNOSOM II a classificam como uma operação de manutenção da paz. Entretanto, um ano antes da retirada das forças da ONU do território somali em 1995, o mandato da UNOSOM II foi revisado, introduzindo atividades características de missões de *peacebuilding* como por exemplo prestar auxílio em assuntos institucionais, como a organização do sistema judicial do país dentre outros processos políticos que tinham a finalidade de reorganizar o Estado somali (UNITED NATIONS, 2003).

Posto isso, é necessário destacar o Relatório Brahimi, que foi um relatório construído em 2000 por uma equipe chefiada pelo ex-Primeiro Ministro da Argélia Lahkdar Brahimi, a pedido do então Secretário-Geral da ONU Kofi Annan, apresentou sugestões para que a organização conseguisse melhorar suas operações de paz e focou principalmente em quais as condições que um local deveria ter para que uma operação de *peacebuilding* pudesse ser implantada lá (UNRIC, 2019). Já em 2007, esse tipo de operações foi descrito pelo Comitê de Políticas do Secretário-Geral durante seus relatórios como:

Uma série de medidas direcionadas a reduzir o risco de decaimento ou recaída em conflito, fortalecendo as capacidades nacionais em todos os níveis para a gestão de conflitos e estabelecendo as bases para a paz e o desenvolvimento sustentáveis. As estratégias de construção da paz devem ser coerentes e adaptadas às necessidades específicas do país em questão, com base na apropriação nacional, e devem incluir um conjunto de atividades cuidadosamente priorizado, sequenciado e relativamente estreito, com o objetivo de alcançar os objetivos acima. (UNPBF, 2019, Decision of the Secretary-General, tradução nossa)<sup>9</sup>

Tais objetivos mencionados ao final dessa citação foram incluídos durante um dos relatórios enviados pelo Comitê, sendo esses relatórios a respeito da consolidação de uma paz após um conflito nessa consolidação. Os objetivos são: apoio à segurança básica e segurança, processos políticos, prestação de serviços básicos, restauração das funções do governo central e revitalização econômica (UNPBF, 2019).

---

9. A range of measures targeted to reduce the risk of lapsing or relapsing into conflict by strengthening national capacities at all levels for conflict management, and to lay the foundation for sustainable peace and development. Peacebuilding strategies must be coherent and tailored to the specific needs of the country concerned, based on national ownership, and should comprise a carefully prioritized, sequenced, and relatively narrow set of activities aimed at achieving the above objectives.

Para que a paz de longo prazo seja construída no local de ocorrência da operação, as partes em conflito procuram assinar acordos que acabam com conflitos civis - podendo estes incluir o desarmamento e a restauração da ordem, a custódia e possível destruição de armas, repatriamento de refugiados, assessoria e treinamento de pessoas para garantir a segurança, entre outras medidas (KENKEL, 2013).

Por fim, vale ressaltar que o conceito de *peacebuilding* engloba diversos esforços feitos tanto por governos e organizações internacionais quanto por sociedades civis em diversos níveis. Sendo assim, tal tipo de operação apóia a segurança humana, assim como tenta garantir que o bem-estar da população - visto que reconhece a necessidade de desenvolver um governo, construir uma democracia, garantir os direitos humanos e saúde para a população, etc (ALLIANCE FOR PEACEBUILDING, 2019).

Ademais, no final dos anos 2000 a *Peace Operations 2010* foi desenvolvida como uma reforma que visou institucionalizar as operações de paz aumentando a segurança de seus participando por meio da formulação de *guidelines* sobre o trabalho exercido nessas atividades (FAGANELLO, 2013). Dessa forma, a Doutrina Capstone, lançada em 2008, reuniu as décadas de missões de paz das Nações Unidas de forma a organizar os aprendizados por elas trazidos à contemporaneidade, com o objetivo de prestar auxílio àqueles envolvidos nas operações informando-os dos preceitos que conduzem esse trabalho, desde seus benefícios a suas limitações (FAGANELLO, 2013).

Michael Brown (1996), em sua obra *The International Dimensions of Internal Conflict*, retrata que existem cinco categorias nas quais um conflito consegue afetar seus Estados vizinhos, sendo elas problemas com refugiados, problemas econômicos, problemas militares, problemas de instabilidade e guerra. Isso significa que um Estado próximo a um em conflito pode acabar recebendo um enorme fluxo de refugiados, o que pode acarretar problemas de segurança como militares misturados aos civis ou a condição difícil desses refugiados podem os tornar muito radicais, causando instabilidade política.

Além disso, conflitos armados podem causar perturbação com a comunicação, transporte, troca, manufatura, finança e acesso a materiais, o que pode gerar diversos problemas econômicos. Também, os territórios dos Estados ao redor de um Estado em conflito podem ser usados clandestinamente por grupos rebeldes para o

envio de armas, ou como base de suas operações, podendo causar ataques a esses Estados vizinhos. Por fim, vale ressaltar que um conflito pode causar instabilidade econômica e militar a um Estado próximo, podendo levar a guerra até lá (BROWN, 1996).

Sendo assim, é possível perceber que as operações nas quais a Itália participa são de *peacebuilding* justamente por sua tentativa de estabelecer um novo governo no Estado em conflito, de forma a tornar mais difícil a recaída em guerra. Assim, a Itália consegue evitar que os conflitos domésticos de outros Estados a afetem, como por exemplo um grande fluxo de refugiados que poderia pedir refúgio e causar certa desestabilização na economia italiana.

## Estudos de caso: UNIFIL II e UNOSOM II

Diante do que foi exposto acima, esse artigo faz uso do estudo de caso como metodologia de comprovação da hipótese, sendo essa de que o envolvimento do Estado italiano em operações de paz se dá baseado na proximidade geográfica, ou seja, procurando evitar que seu governo e sua estrutura interna sejam afetados por um conflito externo. Assim, foram selecionadas duas missões de paz realizadas pelas Nações Unidas: a Operação das Nações Unidas na Somália II (UNOSOM II) e a Força Interna das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL II). A escolha dessas se deu a partir do contexto histórico italiano, que perpassa o colonialismo no século XIX, bem como a análise feita sobre as relações da Itália com o mediterrâneo, respectivamente.

### *UNOSOM II*

O território hoje conhecido como Somália foi dividido entre os Estados colonialistas europeus no final do século XIX, a região norte era de dominação britânica; o sul foi invadido pelos italianos e a costa era de presença francesa (INGIRIIS, 2018). Na década de 1960, quando o continente africano vivenciou uma erupção de descolonizações, os territórios britânicos e italianos foram unidos em um só governo nacional que se manteve sob a égide da democracia liberal ocidental até 1969, quando o presidente indiretamente eleito, Ali Shermarke foi deposto por um golpe militar liderado pelo general Siiaad Barre. Tendo em vista o contexto bipolar internacional, o novo Estado autoritário somali se alinhava à União Soviética, assim, Barre estatizou diversos bens públicos e realocados para seus aliados. Devido ao re-

gime ditatorial e excludente, surgiram no território alguns grupos de oposição e resistência, que conseguiram, no ano de 1991 derrubar o governo de Barre. Contudo, teve-se início um processo de disputa pelo controle do poder que levou ao colapso total do Estado somali, e conseqüentemente, a uma guerra civil (JAMAL, 2013).

No que tange ao conflito interno somali, haviam dois atores principais, o grupo liderado pelo general Mohammed Farah Aidid, o homem responsável pela derrocada do ditador Barre, que controlava a capital Mogadíscio; e as forças regidas pelo general Mohammed Hersi, genro de Barre, que estava presente no sudeste do país. Além da disputa entre os grupos insurgentes, um outro fator se fez central na guerra civil: a fome. Gerada principalmente por condições climáticas como a seca, a fome foi usada como forma de torturar civis, bem como moeda de troca entre os rebeldes. Tendo em vista a violência e a mortalidade do conflito, bem como a destruição completa da máquina estatal, as Nações Unidas organizaram intervenções humanitárias que tinham como objetivo principal proteger os civis e garantir que esses recebessem o apoio internacional (KATZ, 1993).

Diante disso, em 1992 foi estabelecida a UNOSOM I, uma operação de paz cujo intuito era de proteger as forças das Nações Unidas no território somali, bem como assegurar a chegada e distribuição de recursos básicos à população. Essa missão também foi responsável pelo estabelecimento da Força Tarefa Unificada (UNITAF), uma força conjunta liderada pelos Estados Unidos, que visava garantir, por meios militares, o acesso dos civis ao apoio humanitário, fazendo uso de todos os meios necessários. No ano seguinte, por meio da resolução 814 do Conselho de Segurança, a UNOSOM II foi criada visando a substituição da UNITAF, constituindo essa missão uma *peacekeeping operation* (PEACEKEEPING, 2020).

Diferentemente da primeira, a UNOSOM II foi estabelecida com o objetivo de instaurar a paz na região, por meio da mediação do processo de desarmamento bem como incentivar a reconciliação nacional. Dentre as funções da operação estavam: realização do processo de desminagem do território; tratamento adequado aos refugiados; proteção das linhas de chegada dos carregamentos humanitários; monitoramento da adesão ao cessar fogo por parte dos envolvidos e impedimento do retorno das hostilidades, com autorização de agir militarmente caso isso ocorresse. No ano de 1994, o mandato da UNOSOM II foi revisado e, por conseguinte, recebeu algumas características típicas de *peacebuilding operations* como

por exemplo a reorganização dos mecanismos judiciários e de coerção somalis, bem como auxílio na reconstrução política do Estado (PEACEKEEPING, 2020).

No que tange à participação italiana, essa operação se faz de veras relevante, tendo em vista que foi um marco no envolvimento do Estado nesse setor das Nações Unidas. Em 1992, o ministro da defesa italiano Salvatore Andó clamou por um maior protagonismo na segurança internacional e, conseqüentemente, pelo apoio italiano na UNOSOM II, assim o país se tornaria um 'provedor de segurança'. No mesmo ano a Itália se envolveu na operação, enviando 2150 soldados, e nela permaneceu durante dois anos (1993-1995), culminando no envio de aproximadamente 3200 tropas, o que representou 30% das forças empenhadas no ápice da missão. É necessário salientar que, devido ao passado compartilhado entre a Itália e a Somália, o século de dominação colonial e as atrocidades cometidas a população nativa, o retorno da presença italiana na região, por meio de uma operação de paz, causou estranhamento por parte dos somalis (TERCOVICH, 2017).

Durante o período em que a Itália esteve contribuindo para a UNOSOM II, houveram algumas tensões entre esse Estado e as Nações Unidas, em especial no que diz respeito ao centro de comando da operação. De modo a alterar a percepção somali em relação a Itália, as forças italianas optaram por adotar mais negociações com os civis, esse curso de ação foi de encontro com as perspectivas do comandante da missão, que acusou a Itália de não buscar uma solução política para o conflito. Em resposta, o Estado italiano condenou a militarização da UNOSOM II, além disso, essas forças deixaram de receber ordens do centro de controle das Nações Unidas e passaram a responder somente à Itália, de forma que essa operação é vista como uma experiência negativa no histórico de participações italianas (TERCOVICH, 2017).

## *UNIFIL II*

As Forças Interinas das Nações Unidas no Líbano II (UNIFIL II) foram um esforço da ONU para promover a paz na região do Oriente Médio, em especial na fronteira entre o território de Israel e o Estado libanês, que culminaram no conflito conhecido como a Segunda Guerra do Líbano. As hostilidades entre o grupo terrorista libanês Hezbollah e Israel possuem um vasto histórico de mais de

duas décadas. No ano de 2000, o grupo conseguiu expulsar as forças israelenses do território do Líbano, contudo, seis anos depois, o conflito se escalou com o ataque à soldados israelenses. Em resposta à ação do Hezbollah, o governo israelense decidiu atacar não só o grupo, mas o Estado do Líbano por meio de uma campanha aérea de modo a pressionar a saída dos terroristas do território libanês. O conflito teve 33 dias de duração, no entanto, as causalidades ocorreram em grande número tendo em vista o poderio militar israelense e o preparo do Hezbollah nos últimos seis anos, que contou com o apoio de Estados como Irã e Síria (FARQUHAR, 2009).

Desse modo, em 2006, foi estabelecida a UNIFIL II, como uma expansão da UNIFIL I, criada em 1978 por meio das resoluções 425 e 426 do Conselho de Segurança, cujo mandato consistia no auxílio à retomada libanesa do controle de seu território, e consequentemente retirada as forças israelenses do local bem como ajuda ao governo libanês a manter sua soberania por meio da proteção de suas fronteiras, caracterizando-a como uma *peacekeeping operation*. Ademais, no que tange aos contribuintes, a UNIFIL contou com 45 Estados participantes que culminaram em aproximadamente 10600 forças, dentre esses, a Itália foi o segundo país com maior número de contribuições, 1071, perdendo somente para a Indonésia, com 1254 (PEACEKEEPING, 2019).

A decisão de tomar parte na UNIFIL II é significativa quando se analisa o histórico italiano, e representa uma continuidade de um esforço iniciado na UNOSM II de se tornar um 'provedor de segurança'. Essa iniciativa de protagonismo italiano pode ser interpretada como um compromisso com o multilateralismo da sociedade internacional, um posicionamento característico europeu após a Segunda Guerra Mundial. Contudo, essa motivação não pode ser usada como única explicação para a participação italiana na UNIFIL II, como proposto na hipótese, a região onde se deu essa operação é de proximidade geográfica com o território italiano, de modo que o conflito poderia trazer impactos para esse, como por exemplo, refugiados, consequência comum para o governo italiano quando se trata de hostilidades no mediterrâneo. No período em que a missão ocorreu, a Itália era governada por Romano Prodi, que foi eleito no discurso de expandir o papel da União Europeia no sistema multilateral - indo ao encontro da proposta Andó na década anterior - de forma que a intervenção no Líbano se mostrou como uma oportunidade de consolidar essa retórica (CLADI; LOCATELLI, 2018).

É necessário ressaltar que a reação da sociedade internacional se deu, majoritariamente, devido a um protagonismo europeu, com destaque à Itália, que realizaram, em Roma, uma conferência de paz para o Líbano. Ainda, antes do estabelecimento da UNIFIL II, o Estado italiano já vinha se envolvendo no conflito entre Hezbollah e Israel, contribuindo para a UNIFIL I, bem como realizando doações humanitárias financeiras para o Líbano (CLAD; LOCATELLI, 2018).

## Considerações finais

Posto tudo, conclui-se que a Itália possui um histórico valioso de operações de paz, sejam elas promovidos pela ONU, OTAN ou União Europeia. Seu engajamento nessas ações foi se tornando mais consistente ao longo do tempo e é possível relacionar a proximidade geográfica dos Estados ajudados com a ação da Itália. Isso denota um interesse implícito de que os problemas domésticos desses países não os atinjam de qualquer forma: seja por meio de imigrantes ou no âmbito político e econômico.

As operações de *peacebuilding* cumprem justamente esse papel de reconstrução da paz perdida, seja por motivos econômicos, políticos ou sociais. Consequentemente, as ações, quando alcançam seu objetivo, promovem a paz não só no cenário doméstico, mas também regional, possibilitando maior segurança nessa área em geral. Logo, é justificado que países próximos do conflito ajam em prol não só da estabilidade interna, mas também de sua própria preservação.

Todavia, a ONU, por imaginar que houvesse um conflito de interesses entre o território italiano e o país próximo que necessitasse suas operações de paz, não permitia que a Itália fizesse parte do corpo de operações. Ainda assim é possível observar que a preservação da segurança interna ainda é algo que os preocupava, que eles fizeram, por exemplo, uma operação de paz na região da Dalmácia pela OTAN, uma vez que a ONU não permitiu que eles agissem ali.

Ademais, mesmo quando não são geograficamente próximos, é possível observar que, como essas operações são solicitadas por órgãos internacionais, recusar-se de enviar tropas caracterizaria um desconforto internacional, havendo a possibilidade de sofrer consequências posteriores. Sendo assim, a principal preocupação do governo italiano ao participar de uma operação de paz é evitar que o conflito afete seu Estado.

## Referências

ALLIANCE FOR PEACEBUILDING. **Peacebuilding 3.0**. [S.l.]: Alliance for Peacebuilding, Harnessing Collective Action for Peace. Disponível em: <https://allianceforpeacebuilding.org/peacebuilding-3-0/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

AMARO, Silvia. **Italy asks for help from EU crisis fund as death toll spikes**. [S.l.]: Europe News, CNBC, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://www.cnbc.com/2020/03/20/italy-conte-calls-for-eu-crisis-fund-as-coronavirus-death-toll-rises.html>. Acesso em: 24 mar. 2020.

ANDREATTA, Filippo. **Italian Foreign Policy: Domestic Politics, International Requirements and the European Dimension**. Itália: Journal of European Integration, University of Bologna, 09 abr. 2008.

BALDINI, Alessandra. **UN Peacekeeping: Italy at the top among NATO, EU, WEOG contries**. [S.l.]: ONU Italia, 2017. Disponível em: <https://www.onuitalia.com/2017/04/25/un-peacekeeping-italy-top-among-nato-eu-weog-countries/>. Acesso em: 22 abr. 2019.

BOUTROS-GHALI, Boutros. **An agenda for peace: preventive diplomacy, peace-making and peace-keeping**. n. 17 jun. 1992. Nova Iorque. Disponível em: [https://www.un.org/ruleoflaw/files/A\\_47\\_277.pdf](https://www.un.org/ruleoflaw/files/A_47_277.pdf). Acesso em: 27 jul. 2019.

BROWN, Michael E (Ed.). **The international dimensions of internal conflicts**. Cambridge: MIT Press, 1996.

CAVALCANTE, Fernando. As origens conceituais da construção da paz das Nações Unidas. **Universitas: Relações Internacionais**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 1-22, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/viewFile/1328/1188>. Acesso em: 27 jul. 2019.

CIA. **Libyan-Italian Relations: Qadhafi's Link to Western Europe**. Washington: Central Intelligence Agency, Directorate of Intelligence, 2011. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP85T00287R000800020001-3.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

CLADI, Lorenzo; LOCATELLI, Andrea. Why did Italy contribute to UNIFIL II? An analytical eclectic analysis. **Italian Political Science Review**, [s.l.], v. 49, n. 1, 2018. Disponível em: <https://pearl.plymouth.ac.uk/bitstream/handle/10026.1/11838/Main%20document.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 26 mar. 2020.

CIRLIG, Carmen-Cristina. **EU-UN cooperation in peacekeeping and crisis management**. European Parliament Research Service, Members' Research Service, briefing, nov. 2015. Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2015/572783/EPRS\\_BRI\(2015\)572783\\_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2015/572783/EPRS_BRI(2015)572783_EN.pdf). Acesso em: 07 jul. 2019.

CUNSOLO, Ronald S. Libya, Italian Nationalism, and the Revolt against Giolitti. **The Journal of Modern History**, Chicago, v. 37, n. 2, p. 186-207, jun. 1965.

FAGANELLO, Priscila Liane Fett. **Operações de Manutenção de Paz da ONU: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta interna-**

cional da paz. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2013. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1078-operacoes-de-manutencao-de-paz.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019

FARQUHAR, Scott C. **Back to basics: A study of the Second Lebanon War and operation CAST LEAD**. Kansas: Combat Studies Institute Press. 2009. Disponível em: <https://b-ok.cc/book/1176823/7758f6>. Acesso em: 26 mar. 2020

GALTUNG, Johan. **Peace by peaceful means**. London: Sage, 1995.

GALTUNG, Johan. Three approaches to peace: peacekeeping, peacemaking, and peacebuilding. In: GALTUNG, Johan (Ed.). **Peace, war and defence: essays in peace research**. Copenhagen: Christian Ejlertsen, 1976.

INGIRIIS, Mohamed Haji. From Pre-Colonial Past to the Post-Colonial Present: The Contemporary Clan-Based Configurations of Statebuilding in Somalia. **African Studies Review**, [s.l.], v. 61, n. 2, p. 55-77. 2018. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/325942822\\_From\\_Pre-Colonial\\_Past\\_to\\_the\\_Post-Colonial\\_Present\\_The\\_Contemporary\\_Clan-Based\\_Configurations\\_of\\_Statebuilding\\_in\\_Somalia](https://www.researchgate.net/publication/325942822_From_Pre-Colonial_Past_to_the_Post-Colonial_Present_The_Contemporary_Clan-Based_Configurations_of_Statebuilding_in_Somalia). Acesso em: 25 mar. 2020.

ISERNIA, Pierangelo; LONGO, Francesca. The Italian foreign policy: challenges and continuities. **Italian Political Science Review/Rivista Italiana di Scienza Politica**, Itália, v. 47, n. 02, p. 107-124, 2017.

JAMAL, Ahmad Rashid. **Identifying causes of state failure: the case of Somalia**. 2013. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/38f3/687e9116370c9a96230093447964872040c8.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

KATZ, Samuel M.. **Operation Restore Hope and UNOSOM: International Military Mission of Mercy in Somalia**. Hong Kong: Concord. 1993. Disponível em: <https://b-ok.cc/book/1096974/407447>. Acesso em: 25 mar. 2020.

KENKEL, Kai Michael. **Five generations of peace operations: from the “thin blue line” to “painting a country blue”**. [S.l.]: Revista Brasileira de Política Internacional, 2013.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **ONU conta história das Missões de Manutenção de Paz, que completam 68 anos**. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-counta-a-historia-missoes-de-manutencao-de-paz-que-completa-68-anos-de-existencia/>. Acesso em: 04 jun. 2019.

NATO. **Increasing Italy's input**. [S.l.]: North Atlantic Treaty Organization documents, 2001. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/review/2001/Peacekeeping-Challenge/Increasing-Italy-input/EN/index.htm>. Acesso em: 22 abr. 2019.

NATO. **NATO'S role in Kosovo**. [S.l.]: North Atlantic Treaty Organization, 2018. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics\\_48818.htm](https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_48818.htm). Acesso em: 22 abr. 2019.

PEACEKEEPING. **Mandates and legal basis for peacekeeping**. [S.l.]: United Nations Peacekeeping, What is peacekeeping, Forming a new operation. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/mandates-and-legal-basis-peacekeeping>. Acesso em: 27 jul. 2019.

PEACEKEEPING. **Somalia - UNSOM I**: Background. [S.l.]: United Nations Peacekeeping. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/mission/past/unosom1backgr2.html>. Acesso em: 27 jul. 2019.

PROVIDING FOR PEACEKEEPING (Estados Unidos) (Comp.). **Providing for peacekeeping**. 2019. Disponível em: <http://www.providingforpeacekeeping.org/contributions/>. Acesso em: 09 mai. 2019.

TERCOVICH, Giulia (Ed.). **Contributing Country Profile: Italy**. 2017. Disponível em: [http://www.providingforpeacekeeping.org/wp-content/uploads/2017/04/Italy-Tercovich-12April2017\\_FINAL.pdf](http://www.providingforpeacekeeping.org/wp-content/uploads/2017/04/Italy-Tercovich-12April2017_FINAL.pdf). Acesso em: 04 jun. 2019.

UNITED NATIONS. **Somalia - UNOSOM II Mandate**. 2003. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/mission/past/unosom2mandate.html>. Acesso em: 4 set. 2019.

UNITED NATIONS. **United Nations Interim Force in Lebanon**: UNIFIL Mandate. 2019. Disponível em: <https://unifil.unmissions.org/unifil-mandate>. Acesso em: 4 set. 2019.

UNPBF. **What is Peacebuilding?** [S.l.]: United Nations Peacebuilding Fund, Definitions and Policy Development, 2019. Disponível em: <http://www.unpbf.org/application-guidelines/what-is-peacebuilding/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

UNRIC. **O que tem feito a ONU para melhorar as operações de manutenção da paz desde a década de 1990?** [S.l.]: Centro Regional de Informação das Nações Unidas, Manutenção da Paz das Nações Unidas, 2019. Disponível em: <https://www.unric.org/html/portuguese/peace/pkpngfaq/q3.htm>. Acesso em: 18 jun. 2019.

*Recebido em: 16/02/2020  
Aprovado em: 06/04/2020*